ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA ONZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E ONZE (11-11-2011):

Às quatorze horas, do dia onze de novembro de dois mil e onze, no local de costume, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo vereador Geraldo Sales de Souza, que contou com a presença dos demais Vereadores, que firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presença e tomaram assento ao Plenário. Devido ao feriado de 15 de novembro a sessão ordinária, prevista para o dia 14 de novembro, foi antecipada para o dia 11, por força da Portaria 123 de 07 de novembro de 2011. O Senhor Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus, declarou abertos os trabalhos, determinando a **leitura da Ata da 36ª Reunião Ordinária**, realizada no dia sete de novembro de dois mil e onze. A Ata foi colocada em discussão **aprovada sem ressalvas**. Em seguida, procedeu a Sra. Secretária a leitura das correspondências, que constou de Pedido de Providências dos servidores municipais Juliana Santos da Silva, Kelen Cristina Freitas e Ylem Guimarães Militão, que denunciaram assédio moral e perseguição política que vêm sofrendo no exercício de suas funções na Prefeitura Municipal. Pela ordem, pediu a palavra o vereador Bruno Mol, que informou aos demais pares que presenciou o constrangimento passado pelo servidor Ylen Militão, conforme descrito no expediente, quando diante de várias pessoas que aguardavam Atendimento ao seu setor, não teve condições de atender ao público uma vez que a senha para ingresso no sistema estava bloqueada. Questionou a postura do Sindicato dos Servidores nesta questão. Pediu a palavra a vereadora Aída Anacleto, que foi interrompida pela manifestação popular. O presidente solicitou aos presentes que contivessem seus ânimos, sob pena de fazer desocupar a antessala do Plenário. No uso da palavra a vereadora Aída Anacleto exigiu respeito para com os servidores. O vereador Raimundo Elias Novais Hora relatou situação semelhante vivida por alguns servidores da garagem, que foram retirados do seu trabalho e transferidos para outros setores, fato que o leva a crer que existe de fato, assédio moral e perseguição política na prefeitura, impedindo servidores de expressar suas convicções. Pediu para registrar seu protesto em face dos representantes do Sindicato, que ocupando cargos no governo permite que tal procedimento ocorra. O presidente informou aos pares que irá oficiar a Prefeita Municipal, solicitando

informações e providências. Parabenizou os servidores pela coragem de denunciar o que vem ocorrendo, inadmissível em pleno século vinte e um. Na sequencia convidou a compor o Plenário o ex-vereador Cor-Jesu Quirino e os Secretários Municipais Rinaldo Urzedo, da Educação e Lúcia Drumond, de desenvolvimento Econômico. Pediu a palavra o vereador Fernando Sampaio que sugeriu à Mesa que seja constituída uma comissão mista de vereadores e servidores para intermediar o diálogo para com o Executivo e resolver mais rapidamente o problema. O Sr. Presidente designou os vereadores Bruno Mol, Aida Anacleto e Reginaldo Castro Santos, para compor comissão especial par a apurar as denúncias de assédio moral. O vereador Bruno Mol solicitou ao Presidente que oficiasse ao Executivo a formação da Comissão e que fosse dada ampla publicidade, a fim de que outros servidores que se sintam ameaçados ou sofrendo assédio moral possam igualmente apresentar suas denúncias. No uso da palavra o vereador Fernando Sampaio sugeriu que outros vereadores pudessem participar da Comissão, o que foi deferido. Na sequencia o Sr. Presidente solicitou à Secretária da Mesa que fizesse a leitura da Denúncia subscrita pelo cidadão Marcius Costa Machado, protocolizada sob número 096/2011, em face da Sra. Terezinha Severino Ramos, na forma prevista no Decreto-Lei 201/67. Encerrada a leitura o Sr. Vereador Edson Agostinho Carneiro solicitou a Presidência que o corpo jurídico da Casa pudesse vir a Plenário esclarecer o procedimento da denúncia e sua forma de tramitação na Casa. Prestados os esclarecimentos, na forma prevista no artigo 5°., Inciso II do Decreto Lei 201/67, o Presidente consultou nominalmente o Plenário sobre a possibilidade de se receber a denúncia. Pela ordem de assento, votaram da seguinte forma: o Vereador Bruno Mol – SIM; Edson Agostinho Castro Carneiro – SIM; Raimundo Elias Novais Horta – SIM; Marcelo Monteiro Macedo, SIM; Juliano Vasconcelos – SIM; Reginaldo Antonio Castro Santos – SIM; José Jarbas Ramos – NÃO; Aída Ribeiro Anacleto – SIM; Fernando Sampaio – SIM. Tendo-se apurado oito votos pela aceitação da denúncia e um voto contrário à recepção da denúncia. O vereador Juliano Vasconcelos justificou o seu voto. Proclamando o resultado da votação o Sr. Presidente determinou a formação da Comissão Processante, informando ao Plenário que faria o sorteio dos três vereadores a comporem a Comissão, na forma prevista em lei. O Presidente consultou o corpo jurídico da Casa sobre a possibilidade de estar inserido o seu nome entre os eventuais sorteados. O consultor jurídico da Casa, advogado Israel Quirino

informou à Mesa que a Comissão Processante funciona em separado das sessões ordinárias do legislativo, não havendo impedimento legal de que o Presidente dela fizesse parte, embora entendesse o acúmulo de funções que acomete o Presidente da Edilidade. Foram colocados na urna o nome dos vereadores que compõem a Edilidade Municipal. O Presidente convidou a fiscalizar o sorteio o Sr. Dr. Ramon Diniz Tocafundo, Sub-Procurador Geral do Município que se encontrava no Plenário. Convidou duas senhoritas da imprensa local para dobrar as cédulas e proceder ao sorteio. Foram escolhidos, pela ordem, os seguintes vereadores: Geraldo Sales Souza; Bruno Mol e Raimundo Horta. O presidente suspendeu a sessão para que a Comissão indicasse o Presidente e Relator. Retornando ao Plenário o Presidente informou aos seus Pares que fora indicado para Presidente da Comissão o Vereador Bruno Mol e para Relator o Vereador Raimundo Horta. Pela Ordem, requereu o vereador Geraldo Sales de Souza a sua exclusão da Comissão, posto que, entende, que embora não haja impedimento legal para compor a Comissão e nela funcionar como membro, por estar presidente da Edilidade e já ter ocupado o cargo de Prefeito Municipal, e por estar ainda na linha sucessória municipal, sente-se impedido de funcionar na Comissão Processante. Determinou novo sorteio para se escolher o terceiro membro da Comissão. Iniciado novo sorteio fora convocado o Sr. Ramon Diniz Tocafundo para fiscalizar o sorteio e duas jornalistas para proceder a leitura e dobradura das cédulas e sorteio. Foi sorteado então o vereador José Jarbas Ramos, que imediatamente requereu a sua exclusão, por motivos de doença, dada a fragilidade de sua saúde. Acolhendo o pleito o Presidente determinou o sorteio de um novo membro, tendo sido sorteada a vereadora Aída Ribeiro Anacleto. Desta maneira, foi assim formada a Comissão Processante 096/2011 em face da Sra. Terezinha Severino Ramos: Presidente Vereador Bruno Mol; Relator Vereador Raimundo Elias Novais Horta e Vogal Vereador Ainda Anacleto. Retomando os trabalhos o Sr. Presidente Geraldo Sales Souza passou a cadeira da Presidência ao Vereador Fernando Sampaio Castro, posto que a denúncia a ser lida a seguir versava sobre a sua pessoa. Assumindo a Presidência o vereador Fernando Sampaio determinou a leitura da Denúncia subscrita pelo cidadão Alisson José dos Santos, protocolizada sob número 097/2011, em face do Sr. Vereador Geraldo Sales de Souza. Encerrada a leitura, na forma prevista no artigo 5º., Inciso II do Decreto Lei 201/67, o Presidente consultou nominalmente o Plenário sobre a possibilidade de se receber a denúncia. Pela ordem de assento, votaram da

seguinte forma: o Vereador Reginaldo Antonio Castro Santos – SIM; Vereador Bruno Mol – SIM; Edson Agostinho Castro Carneiro – SIM; Raimundo Elias Novais Horta – SIM; Marcelo Monteiro Macedo, SIM; Juliano Vasconcelos – SIM; ; José Jarbas Ramos – NÃO; Aída Ribeiro Anacleto – SIM. A vereadora Aida Anacleto pediu para justificar o seu voto, requerendo que a investigação se estendesse a todos os convênios firmados nos últimos dez anos. O vereador Fernando Sampaio, no exercício da presidência, informou à vereadora que não se trata de fazer emenda à denúncia, mas dizer se aceitaria ou não a formação da Comissão Processante. Ainda assim a vereadora prosseguiu, requerendo a formação de comissão para investigação de todos os convênios. Novamente foi contida pela Presidência, alertada que deveria formalizar denuncia neste sentido. Tendo-se apurado sete votos pela aceitação da denúncia e um voto contrário à recepção da denúncia. Proclamando o resultado da votação o Sr. Presidente determinou a formação da Comissão Processante, informando ao Plenário que faria o sorteio dos três vereadores a comporem a Comissão, na forma prevista em lei. O presidente consultou aos vereadores integrantes da Comissão anteriormente formada, se por ventura desejassem fazer parte do Sorteio. Pela ordem, requereram a exclusão o vereador Raimundo Elias Novais Horta e José Jarbas Ramos. Foram colocados na urna o nome dos demais vereadores que compõem a Edilidade Municipal, exceto o do vereador denunciado que fora excluído do sorteio e daqueles anteriormente nominados que pleitearam a exclusão. O presidente consultou o corpo jurídico da Casa sobre a possibilidade de inclusão do seu nome no sorteio, posto que é o sucessor imediato do denunciado na chefia do Poder Legislativo. Informado pela assessoria que não há impedimento legal da inclusão no sorteio, salvo se houver interesse manifesto no resultado da demanda. O Sr. Presidente solicitou ao ex-vereador Cor-Jesu Quirino para fiscalizar o sorteio e convidou a servidora municipal Clara Rodrigues Goulart que se encontrava no plenário para proceder ao sorteio. Pela ordem foram sorteados a vereadora Aida Ribeiro Anacleto, vereador Bruno Mol e vereador Juliano Vasconcelos Gonçalves. O presidente suspendeu a sessão por cinco minutos para que a Comissão processante escolhesse o Presidente e Relator. Reunida a Comissão indicou como presidente o vereador Bruno Mol e como Relatora a vereadora Aida Anacleto e vogal o vereador Juliano Vasconcelos. Ficou desta forma constituída a Comissão Processante 097/2011 em face do Vereador Geraldo Sales Souza: Presidente Vereador Bruno Mol, Relatora Aida Anacleto,

vogal Juliano Vasconcelos Gonçalves. Pela ordem, retornando ao Plenário, o vereador Geraldo Sales Souza pediu ao vereador Fernando Sampaio que permanecesse no exercício interino da Presidência, posto que desejaria fazer um pronunciamento. Em suas palavras o vereador Geraldo Sales teceu comentários acerca da legalidade dos procedimentos adotados enquanto ocupara interinamente a chefia do Executivo Municipal. Alertou a prefeita municipal acerca dos atos de governo praticados por seus auxiliares imediatos e disse que solicitou a alguns de seus pares que aceitasse a denúncia quanto à sua pessoa, mas que verificassem a legalidade dos demais convênios firmados pelo município, posto que todos foram realizados da mesma forma, com o mesmo propósito e sentido de legalidade. Pela ordem, pediu a palavra o vereador Raimundo Elias Novais Horta, que se manifestou preocupado com a situação ocorrida na cidade, pelas denúncias apresentadas, e não saber o objetivo final dos denunciantes, visto que quando exerce a função no executivo fica-se nas mãos das pessoas de confiança, que trazem tranqüilidade ao gestor. Informou que quando exerceu a função de chefe do Executivo tinha ampla confiança nos seus procuradores, que deveriam ficar atentos aos atos de governo, orientar e proteger o gestor quanto a legalidade dos atos. Arrematou dizendo que é função do vereador investigar e assim cumprir o seu dever perante a sociedade. Dando sequência à Ordem do Dia, o Presidente solicitou a Secretaria da Mesa que fizesse a leitura do Projeto de Lei 166/2011, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza abertura de crédito adicional suplementar à Secretaria Municipal de Saúde no valor de R$ 323.000,00. Pela ordem o vereador Juliano Vasconcelos solicitou ao presidente que ouvisse o Plenário sobre a possibilidade de apreciar a proposição ainda nesta sessão, uma vez que se trata de recurso para a saúde. O presidente consultou ao plenário, informando que, se existe, por ventura, algumas dificuldades administrativas no comando do Executivo, a população não pode pagar por isso. O vereador Edson Agostinho informou que esteve conversando com o Secretário Adjunto de Saúde, Sr. Ildeu e que conhece a situação delicada por que passa a gestão da saúde no município. O vereador Fernando Sampaio informou que vai abster-se da votação, posto que tem firmado posição de não apreciar nenhuma matéria, enquanto persistir o descaso do Executivo com relação às suas solicitações de informações. O plenário manifestou-se favorável à aprecia;ao da matéria em única discussão. O presidente determinou a inclusão do referido projeto na pauta de votação. Foi terminada a leitura do Projeto de Lei 172/2011, de autoria do Executivo

Municipal, que autoriza abertura de crédito adicional suplementar à Secretaria Municipal de Saúde no valor de R$1.636.000,00. Pela ordem o vereador Juliano Vasconcelos requereu da Mesa a inclusão do aludido projeto na pauta de votação, por tratar de recursos para manutenção das unidades de saúde. O vereador Bruno Mol, pela ordem, manifestou-se favorável a inclusão da proposição para votação na presente sessão. O presidente determinou a inclusão do projeto na pauta de votação. Iniciada a votação foi colocado em primeira discussão e votação o projeto de lei 158/2011 que trata de suplementação ao Legislativo Municipal, sendo reprovado, obtendo voto favorável apenas da vereadora Aida Anacleto e José Jarbas Ramos. Em única discussão o Projeto de lei 166/2011 foi aprovado por maioria, com abstenção do vereador Fernando Sampaio. Em única discussão e votação o projeto de lei 171/2011 foi aprovado com abstenção do vereador Fernando Sampaio. Encerrada a votação o Sr. Presidente concedeu a palavra a Sra. Lúcia Drumond, Secretária de Desenvolvimento Econômico, para responder aos questionamentos dos senhores edis. A Secretaria afirmou que não atendeu à convocação anterior, não por desrespeito à Casa, mas por ter recebido comunicado cancelando a presença na reunião. Respondendo à vereadora Aida Anacleto, acerca da locação de tratores agrícolas informou que a licitação iniciada no governo anterior resultou deserta, posto que nenhum licitante desejou participar. Assim a prefeitura decidiu fazer uma dispensa de licitação e contratar quatro tratores para atender o produtor rural dentro do possível, até dezembro, por preços que foram consultados no mercado. O Presidente contestou a informação quanto à convocação, uma vez que fora apenas adiada a presença da Secretária, não havendo necessidade de uma nova convocação. Pediu a palavra o vereador Marcelo Macedo para esclarecer que o seu voto acerca do projeto 158/2011, é contrário. O presidente esclareceu o teor do projeto de lei e a necessidade de suplementação do orçamento do Legislativo, mas que falta diálogo e alguns projetos, em andamento na Casa, serão interrompidos. O vereador Bruno Mol pediu a palavra para solicitar ao presidente que repense a forma com a qual vem conduzindo a Casa e o relacionamento com os vereadores. A vereadora Ainda Anacleto pediu a palavra para continuar a inquirir a Secretária de Desenvolvimento Econômico. Pediu a palavra o vereador Juliano Vasconcelos para informar acerca do que constava nos editais de licitação acerca do fornecimento de combustíveis pela Prefeitura. Ao que a Secretária respondeu que não constava do edital que a prefeitura forneceria o combustível, embora tenha

ouvido dizer que a prefeitura abastecia os tratores, mas que isso não constava do Edital. O vereador Marcelo Macedo requereu à Mesa cópia da gravação da sessão. O vereador Juliano Vasconcelos solicitou cópia dos documentos apresentados pela Secretária à Mesa Diretora. A vereadora Aída perguntou acerca do Programa de Regularização Fundiária, ao que a Secretária disse que o programa está temporariamente suspenso por contingências orçamentárias, mas que será retomado no ano vindouro. Pelo adiantado da hora o vereador Fernando Sampaio solicitou ao Presidente o encerramento da Sessão. O Sr. Presidente informou que ouviria as considerações finais por parte da Secretária e deu por encerrada a sessão, solicitando a permanecia dos Senhores vereadores em plenário, para leitura e aprovação da ata ainda nesta sentada. Para constar lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.